Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Fundação Hemocentro, realizou-se a Quingentésima Vigésima Primeira Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a participação do *Presidente do CSDF,* ***Domingos de Brito Filho****, da Secretária Executiva do CSDF,* ***Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante****, dos conselheiros* ***segmento gestor:*** *Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, Maurício Gomes Fiorenza, Danielle Sousa Feitosa Ferreira, Clóvis Veloso Queiroz Neto, Bárbara de Albuquerque Berçot; dos conselheiros* ***segmento trabalhador:*** *Karine Rodrigues Afonseca, Júlio César Florêncio Isidro, Humberto de Oliveira Lopes, Fátima Lúcia Rôla, Tatiana Alves de Oliveira, Tiago Sousa Neiva, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Marcos Moura Santos, Carlos Roberto de Souza Filho, Wendel Teixeira Santos; dos conselheiros* ***segmento usuário:*** *Luís Carlos Macedo Fonseca, César Achkar Magalhães, Silvestre Araújo, Enóquio Sousa Rocha, Raimundo Ferreira da Silva, Darly Dalva Silva Máximo, Michel Platini Gomes Fernandes, Raimundo Nonato Lima, Alexandra Tatiana Moreschi de Albuquerque, Ana Patrícia de Souza Lobo Pereira da Silva, Míriam Marques Nery.* O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h33. Foi aferido quórum necessário para deliberação. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros –** A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 521ª RE recebidas no CSDF: Conselheiras(os) Sara da Silva Meneses, Paulo Martins Vieira, Teresinha de Jesus P. Henrique e Silma Sousa Costa. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos –** O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, esclareceu que por ser reunião extraordinária não haveria informes. **Ordem do dia - Item 1 – Apresentação e aprovação da Pauta da 521ª Reunião Extraordinária do CSDF -** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão da SES-DF. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, apresentou a Pauta da 521ª RE do CSDF para aprovação do Pleno. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** solicitou inclusão de três questionamentos para a Secretaria de Saúde. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, explicou que não haveria inclusões na Pauta por ser uma Reunião Extraordinária previamente acordada. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, acatou a solicitação do Conselheiro Jefferson Bulhosa, informando que seria repassado à Secretária de Estado de Saúde do DF quando esta chegasse à Reunião. Solicitou que ele adiantasse quais eram os temas. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** expôs então os três questionamentos. O primeiro referente ao problema da UBS 1 de Samambaia, que devido à saída do Conselho de lá não vai continuar a sala com a qual estava destinado; o segundo referente às tendas contratadas pela SES; o terceiro é o não cumprimento por parte da Secretaria de Saúde e Diretoria de Farmácia da Resolução nº 357, do Conselho Federal de Farmácia. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, esclareceu ao Conselheiro Jefferson Bulhosa que o assunto referente ao questionamento sobre as tendas já está pautado para a próxima Reunião Ordinária do CSDF, dia 9 de abril de 2024, onde o tema será abordado com mais detalhes. Disse que o tema referente à UBS deverá ser tratado em âmbito mais fechado e não se trazer para a discussão no Pleno pois demandaria muito tempo. O Conselheiro **Júlio Isidro** ponderou que, em referência à questão das tendas, na semana que vem as tendas já estarão entrando em funcionamento e, no momento atual, elas ainda não estão em funcionamento. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, explicou que as tendas já foram contratadas e já estão sendo instaladas em vários locais, então não se pode agora interromper nada. Opinou que seria melhor abordar esse tema de forma mais ampla com todos os esclarecimentos na semana que vem, que já é questão de pauta, do que resolver de forma *en passant* nesta reunião ser ter tempo e espação para discussão. O Conselheiro **Júlio Isidro** solicitou que fosse registrado em ata que foi feito o pedido de inclusão do tema na presente reunião extraordinária. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, explicou a composição da Pauta da 521ª RE e informou que não foram acatadas as inclusões. Colocou em votação em seguida, sendo aprovada a Pauta. **Item 2 – PDPAS – regras gerais.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão da SES-DF.

O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, passou a item 2 explicando a necessidade de exposição do tema ao CSDF. Disse que o tema PDPAS está sendo cobrado por mais órgãos do Controle Social, inclusive o Ministério Público do DF, que pede explicações inclusive da forma de utilização dele para atender inclusive aos Conselhos Regionais. A Convidada **Gláucia Maria Menezes da Silveira**, Subsecretária de Administração Geral – SUAG, apresentou o PDPAS ao Pleno. O Conselheiro **Wendel Teixeira** apresentou dúvida sobre a utilização do PDPAS para bens permanentes, citando como exemplo as cadeiras odontológicas. Disse que um parlamentar está disposto a mandar o dinheiro para a compra dessas cadeiras e questionou se é proibida a compra das cadeiras por ter uma ata aberta. A Conselheira **Fátima Rôla** questionou se no ano passado foi devolvido dinheiro da Atenção Primária do PDPAS, por não execução. Questionou ainda se as emendas parlamentares estão sendo executadas. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** fez comentários acerca das compras e questionou o porquê da desproporcionalidade na destinação dos recursos entre a Atenção Primária e a Especializada. A Convidada **Gláucia Maria Menezes da Silveira**, Subsecretária de Administração Geral – SUAG, respondeu aos questionamentos efetuados. Disse que a diferença do orçamento entre a Primária e a Especializada se dá por causa do faturamento, que é menor na Primária do que na Especializada. Respondeu que pode ser adquirido tudo o que estiver em falta nas centrais de abastecimento da Secretaria desde que não ultrapasse o valor de dispensa. Disse, em referência a compra de fraldas, que no ano passado os dois pregões de compra de fraldas fracassaram, as amostras não foram aceitas pela área técnica e esse ano já foi habilitado depois de até alterar esse descritivo. Disse que faltou fralda “G” adulto, salvo engano, e alguma pediátrica, e isso fez com que os PDPAS tivessem que comprar fraldas localmente. Disse que há faltas que às vezes não estão zeradas nas centrais de abastecimento, porém é um problema de logística interna da Superintendência. Respondeu, quanto às emendas, que tem vários modos de ingressar na SES, citando as emendas federais, que vão direto para a Administração Central. Disse que no ano passado foram comprados mais de 600 equipamentos, mais de 30 milhões de reais em emendas federais, porém ainda se tem um superávit muito grande. Disse que hoje se verifica que existe um superávit de mais de 150 milhões em emendas para a compra de equipamentos que já houve a conversa com a SINFRA e SAIS para fazer essa execução. Disse que uma parte das emendas que são citadas como que não se usa estão na Administração Central. O Conselheiro **Maurício Gomes Fiorenza**, Subsecretário de Logística em Saúde – SULOG, complementou a resposta. Disse que nos últimos três anos as emendas correntes foram 95% das emendas parlamentares. Disse que tem um passivo ainda grande na Secretaria anterior a 2018. Disse, com relação a abastecimento, que existe uma questão de inexecução de ata na Secretaria, que são aquelas atas que são formalizadas com os fornecedores e estres acabam não entregando para a Secretaria por conta do volume muitas vezes. Disse que está modificando para uma forma inclusive de executar essas atas de registro. Disse, em relação às fraldas, que conseguiu esse ano licitar todos os tamanhos, acabou de finalizar a questão das amostras, e a partir de abril começam a chegar as fraldas regularmente para as regiões. Disse que licitou as luvas em 25 de janeiro, porém o fornecedor que ganhou não entregou as luvas para a Secretaria. A Convidada **Gláucia Maria Menezes da Silveira**, Subsecretária de Administração Geral – SUAG, complementou informando que muitas vezes o que estiver desabastecido pode ter uma ata e a entrega não ter sido feita ou estar atrasada, porém as penalidades são aplicadas. Disse que não pode comprar o que tem ata vigente e com entrega programada para a Secretaria de Saúde. Disse que quando tem ata, nesse caso, o parlamentar pode mandar para a Secretaria, destinado ao local. O Conselheiro **Júlio Isidro** fez questionamento referente a efetividade dos gastos, se hoje é possível a identificação aonde faltou recursos. Questionou se existe falta de R.H. dentro das Superintendências para que os processos possam rodar de forma mais rápida e não seja preciso devolver com superávit ao Fundo de Saúde. Questionou a efetividade das aquisições. Questionou se no Portal da Transparência também existe o insumo ou o que foi comprado e feita a aquisição com o recurso. O Conselheiro **Luís Carlos** fez observações acerca do baixo repasse dos recursos para a Atenção Primária. Citou a falta de insumos na rede. A Conselheira **Darly Máximo (50:46)** fez questionamento acerca da destinação dos recursos. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, abordou aspectos referentes ao PDPAS. Respondeu ao Conselheiro João Isidro. Disse que à medida que vai chegando ao final do ano ocorre que os recursos não foram executados, a três dias do final do exercício por exemplo, e os parlamentares pegam esses recursos e entregam para as Superintendências. Disse que não está recusando e nunca recusou, muito pelo contrário, que ela executou o maior montante de recursos até hoje que a Secretaria já viu dentro de uma Superintendência, estando em Ceilândia. Propôs que seja confeccionado um documento para a CLDF para que fique acordado de que se há interesse do parlamentar em encaminhar o recurso que seja enviado no tempo que se consiga executá-lo. Disse que a condição básica para se comprar pelo PDPAS é ter estoque zero e não ter esboço de

compra pela Secretaria de Saúde. Deixou claro que o PDPAS é um apoio às situações emergenciais. Solicitou a todos os Conselheiros que reflitam que há falta de matéria prima no mercado, para vários itens, luvas inclusive, além do que não se pode mais comprar na Lei nº 8.666, então todos os processos que havia dentro da Secretaria de Saúde tiveram que ser passados para a Lei nº 14.133, que é totalmente diferente. Disse, com relação à execução, que ficou muito feliz com a entrega das regiões de saúde em relação às execuções. Disse, em relação às regiões que retornaram recursos, que uma delas não tinha centro de custos, caso do HMIB, reprodução humana. Disse que não recebe recursos do PDPAS se não houver prestação de contas trimestralmente ao Tribunal de Contas. Disse que o recurso é auditado pelo Tribunal de Contas, enviado para o Controle Social e para o Ministério Público. Disse que os Conselheiros, os Presidentes de Conselhos de Saúde e os trabalhadores têm que cobrar os gestores locais, Diretor Administrativo e Superintendentes. Disse que é necessário que cada região de saúde se empodere da sua necessidade e monitore e fiscalize o recurso dentro da própria Superintendência. Respondeu à Conselheira Darly que 59 mil é para o ano, por item. Disse, em relação à Gerência de Orçamento e Finanças - GEOF, que não há o interesse de servidores em compor essa Gerência, além do que é necessário que sejam pessoas que possuam uma expertise e uma identificação com o setor. Disse que montou uma prestação de contas aos parlamentares em relação ao PDPAS. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, fez um minuto de silêncio em homenagem a Conselheira Marly de Fátima Barbosa de Araújo, segmento usuário, representante do GAMAH, falecida na semana anterior. O Conselheiro **Tiago Neiva** propôs que, considerando o escopo da execução orçamentária do PDPAS, os executores apresentem um plano de ação com pelo menos três categorias. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, respondeu que o PDPAS é consumido em três áreas, serviços, almoxarifado e farmácia, e todas as regiões de saúde têm as prioridades e as compras frequentes desses itens. Explicou em seguida o funcionamento do processo. O Conselheiro **Tiago Neiva** continuou a sua explanação. Citou a questão da ambiência no local de trabalho, destacando a sua importância. Propôs um plano de ação formal para cada executor do PDPAS, considerando essencial para a transparência um documento formal. A Conselheira **Karine Afonseca** fez comentários acerca do PDPAS. Disse que a falta R.H. prejudica a celeridade dos processos. Questionou acerca dos 24 milhões das cirurgias eletivas arrecadados no ano passado pela SES. O Conselheiro **Silvestre** elogiou a fala da Secretária de Saúde. Criticou o Deputado Jorge Vianna por espalhar "*outdoors"* por todo o DF falando que doou 40 milhões para a saúde. Disse que está faltando informação ao usuário. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, respondeu aos questionamentos dos Conselheiros. Disse que cerca de 25% da falta de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde são medicamentos que são fornecidos pelo Ministério da Saúde, e que o próprio Ministério está com dificuldade nessa aquisição por conta do comportamento do mercado. Disse que esses medicamentos que são fornecidos pelo Ministério da Saúde para a Atenção Primária em Saúde, que são os medicamentos de uso contínuo, doenças crônicas, não podem ser adquiridos, e nem se teria recursos no PDPAS para a aquisição na quantidade necessária. Solicitou aos usuários que quando houver a falta de um medicamento que procure verificar se aquele medicamento é de aquisição do Distrito Federal ou se é um medicamento que é obrigação do Governo Federal fazer a aquisição e distribuir para os estados. Disse que a oncologia é do Governo Federal. Disse que hoje faz parte do consórcio Brasil central, o que aumenta bastante a aquisição, reduz o custo e consegue dar maior abastecimento. Explanou acerca da questão da judicialização, opinando que tem que trabalhar para a desjudicialização. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** opinou que é necessário outro tipo de critério para a distribuição dos recursos entre a Atenção Primária e a Atenção Secundária. A Convidada **Gláucia Maria Menezes da Silveira**, Subsecretária de Administração Geral – SUAG, respondeu ao questionamento do Conselheiro Jefferson. Disse que o PDPAS é feito pela mesma lógica do SUS. Disse que há diferenciação em relação ao faturamento dos hospitais da rede e isso implica na necessidade de ter um planejamento melhor na Secretaria, um planejamento de compras e serviços para otimizar a gestão desses recursos. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou detalhamento no que se refere ao que é o PDPAS, para que serve, como utilizar, onde utilizar e, principalmente quem coordena a administração dos recursos nas Superintendências. A Convidada **Gláucia Maria Menezes da Silveira**, Subsecretária de Administração Geral – SUAG, respondeu ao questionamento. Disse que o PDPAS é um programa de descentralização financeira-orçamentária criado em 2010, serve para atender as Superintendências e URDs de forma suplementar à Administração Central, de forma a atender demandas emergenciais da assistência enquanto o abastecimento central é normalizado. Disse que o PDPAS segue a Lei nº 14.133 na dispensa de licitação em razão de valor. Disse que o responsável é o Superintendente juntamente com o Diretor Administrativo, os quais tem a obrigação da prestação de contas, que é encaminhada ao TCDF junto com a da Secretaria de Saúde. Disse que pode comprar tudo o que for

necessário em suplementação aos estoques centrais. Explicou que não pode construir e nem ampliar com PDPAS. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, propôs, diante do exposto, a realização de uma reunião da Mesa Diretora do CSDF com todos os Superintendentes das regiões e os Presidentes dos Conselhos Regionais na busca de uma solução ou amenização dos problemas relatados. Deixou em aberto a data para a realização da reunião. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** encaminhou a prestação de contas do PDPAS ao Conselho de forma trimestral. Encaminhou que sejam convidadas para a reunião as Mesas Diretoras dos Conselhos Regionais, não somente os Presidentes, sendo acatado o encaminhamento pelo Presidente do CSDF. **Item 3 – Apresentação do PDS 2024-2027**. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão da SES-DF. O convidado **Lucas Marani Bahia Duca**, Coordenador de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - CPLAN, **(1:46:17)** apresentou o PDS 2024-2027, explanando sobre a sua metodologia, metas e programação. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, informou que o PDS já foi distribuído aos Conselheiros e alertou que esse é o momento de se fazer as propostas, interagir com a Comissão para uma melhor resolubilidade do PDS que será apresentado em uma próxima reunião, no máximo em 30 dias, para exposição ao Pleno, ocasião em que serão feitos os questionamentos. Solicitou aos Conselheiros empenho com relação à leitura do PDS para sugestões. A Conselheira **Bárbara Berçot** sugeriu que fosse colocada a composição da Comissão e como será a apresentação de propostas e sugestões. Disse sentir falta no PDS de que o que se considera, no planejamento do Hemocentro, como meta estratégica ou indicador estratégico para o suporte hemoterápico hematológico para a SES seja contemplado no PDS. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, **(3:02:50)** informou que a Comissão de Análise dos Instrumentos de Planejamento em Saúde e do Relatório Anual de Gestão é composta pelos Conselheiros(as) Tiago Neiva, Júlio Isidro, Darly Máximo, Adriano Borges, Cesar Achkar, Elionardo Sales, Arilene de Souza e Valdenize Tiziane. Antecipou o convite para que o Dr. Lucas e o Dr. Vidal auxiliem no processo. A Conselheira **Fátima Rôla** solicitou que as sugestões dos Conselheiros sejam encaminhadas à Secretária-Executiva do CSDF, Andressa Cristina, para que sejam direcionadas à Comissão. Lembrou que haverá reunião da CISTT na sexta-feira, cobrando a participação e definição dos Conselheiros usuários para sua composição. A 521ª RE foi encerrada às 12h35. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 02 de abril de 2024.

DOMINGOS DE BRITO FILHO
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO PORTELA
Conselheira titular - Secretária de Estado de Saúde do DF

MAURÍCIO GOMES FIORENZA
Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

DANIELLE SOUSA FEITOSA FERREIRA
Conselheira titular – Hospitais Privados

CLÓVIS VELOSO QUEIROZ NETO
Conselheiro suplente – Hospitais Privados

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT
Conselheira titular – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

KARINE RODRIGUES AFONSECA
Conselheira titular – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

JÚLIO CÉSAR FLORÊNCIO ISIDRO
Conselheiro titular – Associação dos Especialistas em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde do DF do Distrito Federal – AES-SES/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro suplente – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA
Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

TATIANA ALVES DE OLIVEIRA
Conselheira suplente – Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – SINDIVACS-DF

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR
Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

MARCOS MOURA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SindMédico - DF

CARLOS ROBERTO DE SOUZA FILHO
Conselheiro suplente – Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal – SINDBIOMÉDICOS/DF

WENDEL TEIXEIRA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA
Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES
Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV

SILVESTRE ARAÚJO
Conselheiro titular – Associação DF DOWN

ENÓQUIO SOUSA ROCHA
Conselheiro suplente - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular – Associação e Casa do Hemofílicos do Distrito Federal

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares – CMP/DF

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES
Conselheiro titular - Aliança Nacional LGBTI

RAFAEL LUIZ LIRA DE LUNA
Conselheiro suplente - Aliança Nacional LGBTI

RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal – MISMEC/DF

ALEXANDRA TATIANA MORESCHI DE ALBUQUERQUE
Conselheira titular – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF

ANA PATRÍCIA DE SOUZA LOBO PEREIRA DA SILVA
Conselheira suplente – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF

MÍRIAM MARQUES NERY
Conselheira suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília